

Sobre economia política e suas falácias: porque críticas e repensar importam

Utsa Patnaik

Trad. Bernardo Schirmer Muratt

Resumo:

Este artigo é a palestra do décimo aniversário da revista *Agrarian South: Journal of Political Economy*, proferida em 2021. Ele fornece uma reflexão sobre questões-chave e falácias que estão nas origens da economia política. Argumenta-se que, no que diz respeito ao problema da produção de conhecimento, a formulação de teorias factual e logicamente incorretas tem início com a economia política clássica inglesa. A economia política desenvolvida na Inglaterra na segunda metade do século XVIII – um período que viu um rápido aumento em seu comércio, especialmente com suas colônias de conquista, ao mesmo tempo em que fazia a transição para a produção industrial – avançou com base em falácias verbais e materiais e silêncios os quais foram reproduzidos na historiografia e na disciplina de economia até hoje.

Palavras-chave: Economia política; imperialismo; colonialismo; protecionismo comercial; drenagem da riqueza

Introdução

Sam Moyo e eu, juntamente com Issa Shivji, fomos coautores de um pequeno livro intitulado “The Agrarian Question in the Neo-liberal Era: Primitive Accumulation and the Peasantry” (Patnaik *et al.*, 2011).¹ Este livro, entre outros temas, questionou a interpretação sobre revolução agrícola responsável pelo aumento da produtividade no primeiro país industrializado. A morte prematura e trágica de Sam devastou a todos nós, mas nos deixou ainda mais determinados a continuarmos. O projeto de questionamento recebeu argúcia no interesse de descobrir a verdadeira história da ascensão do capitalismo industrial e a regressão resultante nas sociedades do Sul que se tornaram colônias de conquista das nações da Europa Ocidental. A base factual desta história foi ofuscada em grande parte da literatura, e a base teórica tem uma base lógica muito suspeita.

Quando me pediram para falar nesta palestra sobre o problema da produção de conhecimento no Sul global, me ocorreu que o problema era realmente a produção de conhecimento no Norte global, pois os educados nos países do Sul leem os livros didáticos e estudam as teorias que emanam das universidades do Norte. Se a antropologia é filha do imperialismo, como Kathleen Gough (1968) havia argumentado, em medida ainda maior, a

¹ Este artigo é a Palestra do décimo Aniversário da revista *Agrarian South: Journal of Political Economy*, realizada em formato virtual no dia 25 de janeiro de 2021, durante a SMAIAS-ASN Summer School. Foi originalmente publicada na revista com o título “Political Economy and its Fallacies: Why Critique and Rethinking Matter”, Vol. 11, No. 3, 2022.

teoria econômica é a filha do imperialismo, pois os interesses econômicos dos países do Norte global estão diretamente entrelaçados com as teorias de economia política que foram desenvolvidas em suas universidades.

Os escritores mercantilistas dos séculos XVII e XVIII na Europa estavam preocupados principalmente com o comércio externo e seus efeitos em suas economias, pois estavam escrevendo em um momento em que seu violento expansionismo exterior e comércio de longa distância estavam crescendo rapidamente. Não havia uma disciplina separada chamada “economia” até bem na segunda metade do século XIX. A filosofia moral e a história foram estudadas por aqueles que escreveram sobre economia política. Entre os economistas clássicos, Adam Smith era bem lido em ambos os assuntos quando escreveu *A Riqueza das Nações*. Karl Marx escreveu uma tese de doutorado em filosofia sobre Demócrito e Epicuro antes de realizar seu *magnum opus*, o estudo do capitalismo em *Das Kapital*. David Ricardo, no entanto, foi uma exceção; um corretor de ações por profissão, ele modestamente admitiu não ter estudado nem filosofia nem história, e isso se torna muito evidente quando se lê com um olhar crítico os *Princípios de Economia Política e Tributação de Ricardo* (1986). Apesar de sua grande inteligência na área da lógica formal, ele não poderia evitar de cometer erros simples na lógica aplicada, principalmente em dois aspectos.

Primeiro, Ricardo cometeu uma falácia verbal ao usar sem qualquer explicação uma definição diferente de “renda da terra” que a desvinculava completamente da propriedade da posse da terra e da concentração da propriedade (que havia sido enfatizada como sendo a razão precisa da renda por Adam Smith e, mais tarde, por Karl Marx) mesmo enquanto criticava Smith sobre renda. Em segundo lugar, Ricardo cometeu uma falácia material em sua teoria sobre comércio, em que a especialização de acordo com vantagens comparativas de custos necessariamente beneficia os parceiros comerciais, ignorando o fato de que uma grande variedade de bens de fato negociados não poderia ser produzida de jeito nenhum nas terras temperadas frias onde os países avançados de hoje estão localizados, portanto, o custo de produção não era definível para esses bens. Cada uma dessas falácias serviu a uma importante função apologética, a primeira desviando a atenção da realidade da extração de renda sob arrendamento parasitário e a segunda postulando que todo o comércio baseado na especialização era benéfico para ambas as partes, quando exatamente o oposto era verdadeiro para o comércio colonial.²

² Uma discussão sobre essas falácias está disponível nos artigos publicados anteriormente deste autor; veja “Ricardo’s Fallacy” em Patnaik (2005) e “Introduction” em Patnaik (2007).

Esses erros lógicos nunca são mencionados na literatura moderna existente e, de fato, os escritores de livros didáticos encobriram tais erros, muito provavelmente porque as teorias de Ricardo serviram tão bem não apenas aos interesses da Inglaterra como uma potência industrial em ascensão, mas continuam a servir os interesses atuais dos países capitalistas desenvolvidos em relação ao Sul global.

Enquanto que, como estudantes, fomos dados a entender que havia sérios problemas com a economia neoclássica, os principais economistas clássicos foram considerados virtualmente infalíveis e deveriam ser tratados com respeito. Embora não conteste o fato de que todos os estudiosos sérios devem ser tratados com respeito, muitas décadas de ensino e reflexão convenceram esta escritora de que, no que diz respeito ao problema da produção de conhecimento, a formulação de teorias factual e logicamente incorretas começa com a economia política clássica inglesa. Isso não é surpreendente, porque a economia política se desenvolveu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII durante um período em que seu comércio estava aumentando rapidamente, especialmente com suas colônias de conquista, e este também foi seu período de transição para a produção fabril. Havia uma íntima conexão econômica entre os dois processos, mas, é claro, essa conexão nunca é mencionada na literatura atual sobre a primeira transição industrial. Havia alguns na Inglaterra naquela época que escreveram com julgamento honesto dos fatos, sobre a conexão entre a exploração colonial e a transição industrial doméstica. Mas, subsequentemente, esses escritores foram ignorados e uma narrativa foi assiduamente promovida, na qual uma dinâmica puramente interna é postulada como o motor da primeira transição industrial.

O mito da “mão invisível”

A “mão invisível” de Adam Smith era um fantasma na máquina da produção capitalista a qual, alegadamente, produziria um desenvolvimento harmonioso da divisão do trabalho e das trocas sem qualquer planejamento consciente. A realidade era bem diferente, pois nenhuma “mão invisível” realmente existia. Foram as bem visíveis ações de Estados altamente agressivos e belicosos que sustentaram os esforços das crescentes classes capitalistas em cada uma das nações marítimas europeias - Espanha, Portugal, França, Holanda e Grã-Bretanha - que lutaram arduamente entre si para obter o controle sobre rotas comerciais lucrativas e estabelecer colônias de conquista. A competição foi especialmente intensa no que diz respeito às rotas comerciais para regiões tropicais e da conquista dos povos que habitavam esses espaços.

Precisamos nos lembrar de uma realidade material flagrante que é completamente ignorada na literatura existente sobre a economia política no que diz respeito ao surgimento da

industrialização capitalista. Este fato é que os países europeus frios e temperados tinham uma base de recursos primários muito pobre no início de seu processo de desenvolvimento; apesar do aumento substancial nos rendimentos do cultivo de alimentos nos tempos modernos, eles ainda permanecem confinados a uma gama excessivamente limitada de culturas produtivas apenas nos poucos meses quentes de verão, enquanto que, no inverno, o solo está congelado no inverno e o cultivo é impossível. Nenhuma quantidade de mudança tecnológica sob o capitalismo pode alterar fatores climáticos que tornam o cultivo único obrigatório para eles. Os países tropicais, por outro lado, poderiam produzir, além das madeiras de lei tropicais e da arboricultura, pelo menos duas grandes culturas no ano. No inverno (ao norte do equador), eles poderiam produzir todas as culturas produtivas no verão em terras temperadas frias, e na estação das monções uma vasta gama de culturas – cereais, vegetais, culturas de fibras, estimulantes, adoçantes, frutas e vegetais que nunca poderiam ser produzidos em terras temperadas frias. Em áreas favorecidas, como os deltas dos grandes rios, eles produziam até três culturas anualmente.

Desconsiderando as culturas tropicais que jamais poderiam produzir, os países temperados frios do Norte poderiam cultivar em um ano apenas uma safra de cereais, o principal alimento humano e de ração animal, semeada durante a primavera de abril a maio e colhida seis meses depois. Durante os meses de inverno, de novembro a março, o solo estava congelado e nem uma folha de grama podia crescer. O “cultivo de inverno” era semeado no outono, as sementes permaneciam dormentes durante o inverno e a colheita só poderia ser realizada de oito a nove meses depois, no verão do ano seguinte. Mesmo os países europeus temperados quentes que banhados pelo Mediterrâneo, eram no passado, e continuam a ser até hoje, confinados a um único regime de cultivo ao longo do ano, embora tenham sido um pouco melhor dotados por ao menos possuir a dádiva da videira e da oliveira. Até hoje, apesar de seu maior rendimento por unidade de área, devido à monocultura, os 27 países da União Europeia juntos produziram apenas 286 milhões de toneladas (métricas) de cereais em 2020, em comparação com 303 milhões de toneladas de cereais apenas em um país, a Índia; enquanto os Estados Unidos, com a maior área arável e maior produção por unidade de área do mundo, Produziu 400 milhões de toneladas em comparação com 503 milhões de toneladas na China.³

Mais importante, deve-se ressaltar novamente que a Índia e a China, assim como outros países do Sul global, além de grãos, produziam, em suas estações de verão e monções, uma ampla gama de culturas tropicais jamais produzidas na Europa e na América do Norte,

³A disponibilidade declarada de grãos da China de 670 milhões de toneladas em 2020 foi ajustada para comparabilidade, deduzindo a produção de batata e o volume estimado de casca de arroz.

enquanto que em áreas favorecidas como os deltas dos grandes rios, foram produzidas até três culturas anualmente. A produção não apenas de culturas tropicais, mas de suas próprias culturas de verão no inverno, em terras temperadas frias, foi zero no passado, é zero no momento e permanecerá zero no futuro. A oferta comercial de culturas tropicais de fontes domésticas era e continua sendo zero a seja o preço que for. A cesta de consumo das populações do Norte era extremamente limitada e repetitiva, desde que estivessem confinadas a bens produzidos localmente. Não apenas alimentos, fibras para roupas eram limitadas à lã, e a fibra obtida da planta de linho, que era usada para produzir linho mais caro. O algodão cru não podia ser produzido em terras temperadas frias, embora os verões fossem quentes o suficiente para criar uma demanda por roupas de algodão.

Foi somente depois de iniciar o comércio à mão armada com os países do Sul de hoje e adquirir colônias de conquista em áreas tropicais, que a cesta de consumo europeia começou a se diversificar e melhorar, à medida que os bens adquiridos completamente de graça usando tributos coloniais arrecadados localmente, ou bens que incorporavam a renda escravista, começaram a jorrar das suas colônias de conquista. As colônias de assentamento dos europeus ao extremo sul do equador, como a África do Sul e a Austrália, que experimentavam o verão quando era o auge do inverno na Europa, também permitiram que estes últimos adquirissem bens que não eram produzíveis em suas próprias terras, isso também é válido para a parte sul dos atuais Estados Unidos.

Durante sua fase de industrialização, a partir da metade do século XVIII, a Grã-Bretanha tornou-se deficiente em grãos e, de fato, viu a produção de grãos per capita em declínio no período de 1700 a 1850. Os grãos para consumo humano são usados como ração para animais, com o poder animal sendo aplicado para o transporte de produtos e pessoas, para operações agrícolas como arar, para frete em minas de carvão e para puxar barcaças. Os combustíveis fósseis começaram a ser importantes na Europa apenas a partir de meados do século XIX. Encontramos a Grã-Bretanha explorando sua primeira colônia, a Irlanda, intensivamente para cobrir seu déficit de grãos e produtos lácteos, além de importar grãos e outros produtos primários da América do Norte. Uma pré-condição para essa aquisição de *commodities* primárias de suas colônias era monopolizar o mercado colonial para seus próprios produtos (e, assim, reduzir seu déficit comercial) implementando de modo rigoroso medidas mercantilistas de proibição das colônias de produzir certos produtos, e por proteção prolongada do mercado interno contra importações de manufaturas muito mais baratas, especialmente têxteis, de terras tropicais.

Políticas de Discriminação Mercantil e Silêncios Ensurdecedores na Literatura

As políticas mercantilistas consistiam em banir as colônias de produzir os produtos manufaturados que eram percebidos como concorrentes reais ou mesmo potencialmente em relação aos produtos metropolitanos, e insistir nos produtores primários residuais para suprir as necessidades metropolitanas. Depois que as colônias norte-americanas da Inglaterra lutaram e ganharam a independência, Adam Smith (1996, p. 363) diz o seguinte em *A Riqueza das Nações*:

A causa primordial do rápido progresso de nossas colônias americanas rumo à riqueza e à grandeza reside no fato de terem até agora aplicado quase todos os seus capitais na agricultura. Não têm manufaturas, excetuadas as domésticas e menos refinadas, que acompanham necessariamente o progresso da agricultura, manufaturas essas devidas ao trabalho das mulheres e das crianças, em cada família.

[...] Se os americanos, por conluio ou por algum outro tipo de violência, deixassem de importar manufaturados europeus, e reservassem a patricios seus o monopólio da fabricação desses bens, desviando assim parte considerável de seu capital para a manufatura, ao invés de acelerarem o ulterior crescimento do valor de sua produção anual, haveriam de retardá-lo e, ao invés de promoverem o progresso de seu país rumo à riqueza e à grandeza reais, haveriam de obstruí-lo.

Não podemos encontrar um exemplo mais claro de conselho em benefício próprio, onde, mesmo após a independência, os colonos de outrora foram instruídos a permanecer agricultores e não tentarem substituir as importações de manufaturas (em prática, importadas apenas da Inglaterra) desenvolvendo sua própria capacidade de fabricação. Na verdade, esse conselho de Adam Smith foi pior do que meramente egoísta, pois precisamente o curso oposto, de proteger o mercado inglês, foi seguido sem quaisquer críticas dele ou de David Ricardo, no que diz respeito às próprias importações da Grã-Bretanha de manufaturas da Ásia realizadas pela Companhia Inglesa das Índias Orientais, compreendendo têxteis de algodão da Índia, tapetes da Pérsia e afins. Todos os esforços foram feitos pela Grã-Bretanha para acabar com o uso dentro desse país de têxteis importados da Ásia, por meio de medidas que, embora inicialmente talvez não pretendam fazê-lo, acabaram por promover a substituição de importações e permitiram que ela desenvolvesse sua própria capacidade de fabricação. O relato mais detalhado e acadêmico da célebre história de como um país que não produzia a matéria-prima, o algodão bruto, baseou sua revolução industrial em têxteis de algodão, é de Paul Mantoux (1970 [1957 no Brasil]) em seu clássico *A Revolução Industrial no século XVIII*, primeiramente publicado em francês em 1913.

Na maior parte de um século antes da publicação da *Riqueza das Nações* de Adam Smith, de 1700 em diante até 1774, houve uma completa proibição legal do consumo na Inglaterra de pano de algodão puro importado da Índia e da Pérsia, têxteis que a Inglaterra

naquela época não tinha capacidade de produzir. Um pano grosso chamado fustão, uma mistura de algodão e linho, poderia ser produzido por artesãos ingleses e era usado pelos trabalhadores pobres, mas certamente não substituiu aos olhos dos consumidores por musselinas finas importadas e calicôs impressos e tingidos. A importação de têxteis asiáticos pela Companhia das Índias Orientais começou em 1600 e, à medida que o público inglês desenvolveu um apetite crescente por esses têxteis, os poderosos fabricantes tradicionais de tecidos de lã viram as importações como um concorrente perigoso para o uso da lã. Eles solicitaram ao Parlamento, com sucesso, uma proibição legal completa do consumo de algodão puro, uma proibição que entrou em vigor em 1700. Mas o contrabando e um certo uso de algodão puro importado continuaram, então a Lei foi reforçada em 1720, colocando multas penais de £5 em indivíduos que usavam algodão e £20 em comerciantes que os vendessem – para comparação, a renda anual per capita na Inglaterra em 1721 era de £ 8,4. Uma pessoa tinha que ser muito corajosa para ir contra a proibição, pois, além das multas, a ação direta era tomada pelos tecelões de lã que atacavam pessoas usando algodão e arrancavam suas roupas.

O banimento prolongado deu um forte incentivo para atender à demanda reprimida, produzindo substitutos na Inglaterra. Mantoux (1957, p. 190) aponta que “[j]á no tempo em que a importação de panos das índias não estava submetida a nenhuma restrição, a demanda por ela criada oferecia possibilidades de sucesso e fortuna a quem fosse capaz de imitá-los. Após a proibição de 1700, essas possibilidades aumentaram muito”. A proibição forneceu o clima econômico para experimentos repetidos e inicialmente fracassados com maneiras mecânicas de fiação de fios finos, pois, apesar de seus melhores esforços, os produtores locais “faltava a habilidade e os dedos ágeis” dos artesãos indianos. “Não podemos imaginar proteção mais completa: assegurava aos produtos um verdadeiro monopólio no mercado nacional” (Mantoux, 1957, p. 250).

Não há menção, muito menos objeção de Adam Smith, em relação a essa proibição completa de têxteis asiáticos por três quartos de século, nem há nenhuma menção a ela por David Ricardo, em seus *Princípios de Economia Política e Tributação*. Por cinquenta anos após a proibição, as tentativas de imitar os bens banidos falharam, pois as máquinas de fiação experimental não eram comercialmente viáveis e muitos dos inovadores foram atacados fisicamente, alguns sendo forçados a deixar o país. Demorou mais um quarto de século para os inovadores finalmente desenvolvessem uma máquina viável – a *Spinning Jenny* de Hargreaves foi aperfeiçoada na máquina de fiar hidráulica e no *Spinning Mule* – para fiar mecanicamente um fio forte e fino o suficiente para tecer um produto potencialmente comparável aos bens asiáticos proibidos. Em 1774, Arkwright fez uma bem-sucedida petição ao Parlamento,

apontando que, como o pano de algodão puro agora poderia ser produzido na Inglaterra, ele geraria emprego para substituir qualquer perda pela indústria de lã, e não havia justificativa para continuar a proibição do consumo de tecidos.

A proibição foi revogada, mas altas tarifas foram impostas aos têxteis asiáticos para mantê-los fora do mercado inglês. Entre 1787 e 1813, a tarifa *ad valorem* subiu de 16,5% para 85% em calicôs impressos e tingidos, e aumentada de 18% para 44% em musselinas. A proibição prolongada seguida pelo aumento das tarifas foi sem dúvida a medida mercantilista mais importante que a Inglaterra já implementou, estimulando repetidas tentativas de inovações mecânicas em fiação e tecelagem para encontrar um substituto doméstico. Percebemos que D.S. Landes, discutindo mudanças técnicas em têxteis de algodão, não tem nada a dizer sobre as condições econômicas do protecionismo prolongado contra a Índia, que tornou essa mudança técnica lucrativa. Um total de 30 anos completos se passaram entre a primeira *Jenny* de fiação experimental em 1735 e a *Jenny* de Hargreaves de 1765.

Todos os principais historiadores da revolução industrial e da evolução tecnológica (principalmente, embora não publicando exclusivamente seus trabalhos a partir de Cambridge, Reino Unido) ignoram completamente o protecionismo. Um único relato factual e objetivo das políticas mercantilistas prolongadas da Grã-Bretanha de discriminação contra os têxteis asiáticos ainda há de ser encontrado nos escritos de estudiosos do continente europeu, Índia e Estados Unidos, começando com Friedrich List (1856), que foi citado longamente por R.C. Dutt (1970). Um relato detalhado das políticas mercantis que sustentam a ascensão da indústria têxtil da Grã-Bretanha foi fornecido por Paul Mantoux (1970, traduzido em 1928), e Paul Baran (1953) escreveu extensivamente sobre discriminação contra a Índia.

Essas políticas mercantilistas visando as importações têxteis asiáticas que prevaleceram por quase 150 anos, bem como o trabalho dos autores mencionados acima que discutiram essas políticas, não são mencionadas nem mesmo em uma nota de rodapé, muito menos no texto, nas histórias econômicas padrão da Revolução Industrial que os alunos leem nas principais universidades britânicas. Esses livros incluem (mas não se limitam a) Phyllis Deane e W.A. Cole (1969), *Crescimento Econômico Britânico, 1688–1959: Tendência e Estrutura*; R. Floud e D.N. McCloskey (1981), *A História Econômica da Grã-Bretanha*, em dois volumes; uma história de mudança técnica por D. S. Landes (1969) intitulado *The Unbound Prometheus*; e os livros amplamente lidos de E.J. Hobsbawm (2000), especialmente *Indústria e Império: De 1750 até os Dias Atuais*. Mesmo que Hobsbawm diga “Quem fala da revolução industrial fala do algodão”, não há uma palavra sobre as políticas protecionistas prolongadas

que a Inglaterra adotou para evitar têxteis de algodão asiático, que duraram mais do que qualquer regime protecionista já visto na história.

Christopher Hill (1969), o eminente historiador marxista, em sua *Reforma à Revolução Industrial, 1530–1780*, descreve especificamente as políticas mercantilistas que proibiam os irlandeses de produzir tecidos de lã para que tivessem que importar da Inglaterra, e proibiram os colonos norte-americanos de fabricar uma grande variedade de artigos, de pano a chapéus e até pregos para ferraduras. Surpreendentemente, no entanto, Hill também não faz menção à área mais importante e prolongada de discriminação mercantilista pela Inglaterra, aquela contra a Índia, sem a qual teria sido impossível para o algodão se tornar a principal indústria da revolução industrial.

Não estamos falando de “Eurocentrismo” aqui, na verdade, são historiadores econômicos europeus como Friedrich List e Paul Mantoux (e mais tarde Paul Baran, que foi um imigrante europeu de primeira geração nos Estados Unidos) que discutiram longamente o protecionismo britânico. Estamos falando de competência básica em pesquisa e escrita sobre história econômica, o que exige que informações factuais importantes não possam ser suprimidas, pois, assim, é apresentada uma imagem distorcida e falsa das condições reais sob as quais a transição industrial ocorreu. A distorção surge não tanto de atos de perpetração, mas de atos verdadeiramente heroicos de omissão, em que a política econômica mais importante que durou em várias formas, por quase um século e meio, é simplesmente ignorada, nem é feita nenhuma referência às poucas pessoas que discutiram essa política, embora estivessem longe de serem autores obscuros, mas na verdade eram escritores eminentes e bem conhecidos. Ignorar completamente um período tão longo de protecionismo do mercado britânico contra produtos estrangeiros de baixo custo e seus efeitos econômicos internos não é mera façanha de falácia acadêmica, intencional ou não. Isso significa que um silêncio ensurdecido foi mantido no passado, e continua a ser mantido até hoje, sobre as condições reais nas quais a transição industrial realmente ocorreu.

Os economistas clássicos, Adam Smith e David Ricardo, promoveram assiduamente a ideia de que o “livre comércio” que eles defendiam, realmente, prevaleceu, pelo próprio fato de seu silêncio sobre as políticas mercantilistas de discriminação que seu próprio país de fato seguiu em sua existência, mesmo enquanto Smith, em particular, aconselhou outros países a não proteger suas economias. Friedrich List observou, não surpreendentemente, que as medidas de economia política propostas na Grã-Bretanha eram tanto hipócritas quanto inteligentes. Seus principais expoentes defendiam o livre comércio, mas praticavam o protecionismo. Seu

objetivo era o racional de promover seus próprios “poderes de produção”, às custas de extinguir os poderes produtivos dos colonizados.

Como List, (citado em R. C. Dutt, 1970, Vol. 1, p. 208) apontou falando dos ingleses,

porque eles sancionaram a livre importação para a Inglaterra de produtos indianos de algodão e seda, as manufaturas inglesas de algodão e seda devem, por necessidade, logo se destacar. A Índia não tinha apenas a vantagem de mão-de-obra e matéria-prima mais baratas, mas também a experiência, a habilidade e a prática de séculos. O efeito dessas vantagens não poderia deixar de se mostrar sob um sistema de livre concorrência.⁴

Ele passou então a escrever sobre a Inglaterra (Dutt, 1970, Vol.1, p.209),

Como poderia ser esperado dela que ela desista de seu próprio mercado de manufaturas, a base de sua grandeza futura, para um povo tão numeroso, tão econômico, tão experiente e perfeito nos antigos sistemas de fabricação como os hindus? Assim, a Inglaterra proibiu a importação das mercadorias tratadas por suas próprias fábricas, os tecidos indianos de algodão e seda. A proibição era completa e peremptória. Não tanto quanto um fio deles a Inglaterra permitia que fosse usado. Ela não teria nenhum desses tecidos bonitos e baratos, mas preferia consumir suas próprias coisas inferiores e mais caras. No entanto, ela estava bastante disposta a fornecer às nações continentais os tecidos muito mais finos da Índia a preços mais baixos, e de bom grado cedeu a elas todo o benefício dessa pechincha.⁵

Deve se notar, em nome da precisão, que a Inglaterra não proibiu de fato a importação de manufaturas indianas, mas proibiu sua venda na Inglaterra. A Companhia das Índias Orientais importou crescentes volumes de têxteis indianos por mais de 140 anos após a proibição de 1700, e foi autorizada a armazenar as mercadorias em portos ingleses, adicionar uma margem de 15% e reexportar os têxteis principalmente para o continente europeu e o Caribe. O comércio foi muito valioso para a Grã-Bretanha porque representava um puro saque da Índia. Esses bens foram obtidos completamente de graças pela Companhia, já que os produtores indianos foram pagos das rúpias arrecadas através de impostos; e todas as enormes somas de metais preciosos que esses produtos renderam quando reexportados, foram para os cofres da Grã-Bretanha.

Mais uma vez sobre estimativas comerciais incorretas

O tratamento da primeira revolução industrial pelos historiadores econômicos que escrevem na Inglaterra e mais tarde também por acadêmicos da América do Norte, ilustra muito claramente os profundos preconceitos – que talvez foram inconscientemente mantidos por pelo

⁴ (N.T.) Tradução nossa.

⁵ (N.T.) Tradução nossa.

menos alguns, se não todos os autores – que acabou por levar a uma análise factual e completamente incorreta do processo, que é retratado como uma pulcritude fácil livre de discriminação contra os povos colonizados.

Esses vieses também não se limitam à academia do Norte; a maioria dos colaboradores da obra *Cambridge Economic History of India, Vol. 2* (Kumar & Desai, 1984) são acadêmicos indianos, e muitos seguem acriticamente o delicado caminho da apologética estabelecido por seus mentores. K.N. Chaudhuri em seu capítulo sobre “Comércio Exterior e a Balança de Pagamentos” não faz nenhuma menção às políticas mercantis metropolitanas de protecionismo contra os têxteis indianos, nem o capítulo no mesmo volume de Morris D. Morris, que é especificamente sobre a produção têxtil indiana.

Os silêncios e a supressão de fatos que apontamos até agora, surgiram de uma distorção básica, a de ignorar o grande impacto positivo da exploração colonial através do comércio envolvendo o roubo de riqueza pelas economias metropolitanas e promover a ideia de que havia uma dinâmica puramente interna no trabalho que resultou em mudança técnica e industrialização. Um resultado mais bizarro dessa deturpação quase universalmente adotada foi que praticamente todos os historiadores econômicos da Grã-Bretanha que estudam os séculos XVIII e XIX e fazem qualquer trabalho empírico apresentaram estimativas comerciais históricas incorretas para a Grã-Bretanha, subestimando grosseiramente a extensão real do comércio daquele país.

Afinal, há uma dimensão conceitual e técnica nos termos usados em economia como disciplina. Os historiadores econômicos não podem simplesmente, sem qualquer explicação, aplicar à sua própria vontade conceitos para a estimativa de dados que diferem de seu significado aceito em economia. A definição do comércio de mercadorias de um país que os historiadores econômicos da Grã-Bretanha têm aplicado arbitrariamente (começando com Deane e Cole, sem uma palavra de explicação sobre sua razão para fazê-lo) é para exportações, apenas bens de exportação produzidos internamente, e para Importações, apenas aquela parte das importações que é retida para uso dentro do país; assim, eles deixam de fora completamente a parte das importações que é reexportada, tanto dos números de importação quanto dos números de exportação.

Esta não é a definição correta do comércio de mercadorias de um país. A definição correta de exportações é Total de Exportações e a definição correta de importações é Total de Importações, onde, se houver reexportações de parte das mercadorias importadas, essas importações reexportadas estão incluídas nas importações e também nas exportações. O Comércio Total de um país é a soma de suas Exportações Totais e Importações Totais. A

definição correta pode ser encontrada em todos os livros didáticos de macroeconomia para uma economia aberta, e é aplicada por todas as organizações que dão dados comerciais por país (Banco Mundial, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional). Faz uma grande diferença se o conceito incorreto for usado, como é pelos historiadores econômicos, para a magnitude estimada do comércio para potências imperialistas como Grã-Bretanha, França e Holanda, já que todos eles tiveram um grande comércio de reexportação de mercadorias tropicais. Não estudamos as séries temporais para a França ou a Holanda, mas estimamos as séries temporais corretas para a Grã-Bretanha e descobrimos que a diferença é muito grande: por exemplo, a estimativa incorreta de Deane e Cole (1969) de exportações e importações para a Grã-Bretanha deixando de fora reexportações, dá uma relação comércio/PIB de 36% pelo triênio centrada em 1801, enquanto a definição correta dá uma relação comércio/PIB de 58%.⁶

Estimativas históricas incorretas da magnitude do comércio da Grã-Bretanha são apresentadas não apenas por Deane e Cole, mas seguindo seu exemplo, para o século XIX também por Thomas e McCloskey (1981), Crafts (1985), Harley e McCloskey (1981), e sem dúvida em muitos outros artigos também. Aliás, descobrimos que Adam Smith, escrevendo dois séculos antes, nunca foi confuso neste assunto, mas explicou longamente que os bens importados para a Grã-Bretanha que estavam além de suas próprias necessidades foram reexportados para outros países para comprar os outros bens, como matérias-primas e alimentos necessários para sua própria produção e consumo.

Hegel sobre a África: Não o Eurocentrismo, mas Germanocentrismo

O filósofo G.W.F. Hegel teve uma profunda influência em muitas gerações de estudiosos, incluindo, como sabemos, Karl Marx e Friedrich Engels, que desenvolveram suas ideias em oposição às dele. Algumas das palestras de Hegel foram juntadas por seus alunos e publicadas após sua morte em 1831, como *Filosofia da História*, que despertou muita controvérsia devido aos comentários extremos e mal informados que Hegel (1995, p. 24) fez sobre o mundo fora da Europa cristã

pode-se dizer que história universal é a representação do espírito no esforço de elaborar o conhecimento de que ele é em si mesmo. E, como a semente carrega em si toda a natureza da árvore, o sabor e a forma dos frutos, assim os primeiros traços do espírito já

contêm também, virtualmente, toda a história. Os orientais ainda não sabem que o espírito, ou o homem como tal, é livre em si mesmo; e porque não o sabem, eles não o são. Eles sabem apenas que só um ser humano é livre,... Só entre os gregos é que surgiu a consciência da liberdade, e por isso eles foram livres; mas eles, bem como os romanos, sabiam somente que alguns eram livres, e não o homem como tal.....Só as

⁶ Veja Patnaik (1999, 2011) para tabelas detalhadas.

nações germânicas, no cristianismo, tomaram consciência de que o homem é livre como homem, que a liberdade do espírito constitui a sua natureza mais intrínseca.

As palavras “livre” e “liberdade” são talvez os termos mais problemáticos e mal aplicados já usados na história das nações. O governo do país de origem de Hegel, a Alemanha, um século depois, instalou as infames palavras “*Arbeit macht frei*” (o trabalho liberta) em letras de ferro forjado acima dos portões do campo de concentração de Auschwitz, onde pelo menos três milhões de europeus foram encarcerados e mais de um milhão foi morto ao longo de cinco anos. A evolução real da história das “nações germânicas” certamente não poderia contradizer mais decisivamente a percepção que Hegel havia atribuído a elas, de que “Todos os homens são, por natureza, livres”.

No que tange a África, Hegel (1995, p. 88) dizia o seguinte:

deixamos a África. Não vamos abordá-la posteriormente, pois ela não faz parte da história mundial; não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar, e o que porventura tenha acontecido nela melhor dizendo, no norte dela - pertence ao mundo asiático e ao europeu. Cartago foi um momento importante e passageiro; mas como colônia fenícia pertence à Ásia. O Egito será abordado como transição do espírito humano do Oriente para o Ocidente, mas ele não pertence ao espírito africano. Na verdade, o que entendemos por África é algo fechado sem história, que ainda está envolto no espírito natural, e que teve que ser apresentado aqui no limiar da história universal.

A observação muito debatida de Karl Marx em *Capital*, Vol. 1 (Marx, 2017, p. 91, posfácio à segunda edição alemã), sobre a necessidade de manter a dialética hegeliana de ponta cabeça, de inverter suas proposições, talvez seja mais verdadeira e mais claramente para as afirmações acima sobre a África. Longe de a África não ter história, sabemos hoje que sem a África não haveria história para toda a humanidade em todos os continentes, pois seus antepassados se originaram da África e migraram para outros lugares. Os cientistas nos dizem que há apenas oito mil anos, é provável que os ancestrais das populações atuais da Europa tenham sido de pele escura. É realmente estranho que qualquer professor na Europa lecionando na década de 1820 pudesse imaginar que tudo o que havia para saber sobre as civilizações africanas já era conhecido. Descobrimos que Hegel construiu a ideia de que “África” não tinha qualquer movimento histórico, pelo método tendencioso de definir “África” de tal forma que todas essas regiões do continente africano realmente existente foram cortadas e conceitualmente anexadas à Ásia ou à Europa, que por acaso eram conhecidas pelos europeus naquela época como tendo uma história registrada! Segue-se que um hegeliano fiel, seguindo seu método,

deveria ter dito que a Alemanha não fazia parte da Europa, mas uma parte da civilização russa, porque o movimento característico da história dos europeus do século XVI foi sua rápida expansão marítima para terras distantes, nas quais a Alemanha, como uma região praticamente sem litoral, não desempenhou nenhum papel até mais de trezentos anos depois.

Os pontos de vista de Hegel não eram exclusivos dele, mas devido à sua posição como filósofo, suas opiniões em particular tiveram um impacto profundo e pestilento na maneira como os estudiosos europeus conceituaram mal a África, usando a metáfora do “continente negro” para ela da mesma forma que “as idades das trevas” foram usadas para a Europa se referir a um certo estágio de sua história medieval, mas adicionando uma implicação racial ao termo no caso da África. É claro que tal erro conceitual também foi uma ajuda cultural útil para a implacável exploração imperialista dos povos daquele continente, em particular, daquela parte da África que foi escolhida como “África propriamente dita”.

Os países europeus imperialistas, por outro lado, longe de definharem na “escuridão”, usufruíram-se na glória completa das enormes fortunas que fizeram ao sequestrar e escravizar os africanos para transportar para as Américas, e ao se apropriar continuamente sem pagamento das matérias-primas tropicais e dilapidar a riqueza mineral do continente. Nos territórios controlados no Congo pessoalmente pelo rei Leopoldo da Bélgica, de 1884 a 1908, os habitantes locais do sexo masculino foram forçados a trabalhar de modo não remunerado para coletar borracha natural, enquanto suas famílias eram mantidas como reféns. Aqueles trabalhadores que eram considerados recalcitrantes, tiveram suas mãos direitas cortadas, que foram então colocadas em exibição permanente para disciplinar os trabalhadores restantes. A completa interrupção da economia rural de pequenos produtores no Congo controlado pela Bélgica precipitou a fome, na qual estima-se que a população de 20 milhões tenha reduzido pela metade em menos de três décadas, para apenas cerca de 10 milhões (Gondola, 2002).

Sob o sistema econômico do capitalista que tem como motivação apenas ganhar dinheiro, as considerações morais se tornam redundantes e são prontamente descartadas. O imperialismo é inerente à própria forma dinheiro que domina o modo de produção capitalista, e um estudo da história mostra que ele reduz seus agentes a monstros da amoralidade. A Bélgica estava longe de ser única em cometer atrocidades contra as populações locais. A Alemanha, como uma potência de industrialização tardia, demonstrou forte ímpeto para adquirir colônias das últimas duas décadas do século XIX, e particularmente na Namíbia usou tanto a escravidão dos trabalhadores locais quanto o genocídio de povos considerados insuficientemente cooperativos para com as suas políticas. Os campos de concentração que estabeleceu na Namíbia antes da Primeira Guerra Mundial para acabar com a resistência local, do qual o maior

era um campo de extermínio, são amplamente considerados como o modelo de funcionamento para os campos de concentração e extermínio estabelecidos apenas um quarto de século depois, sob o nazismo na Alemanha.

Os britânicos foram talvez os mais inteligentes entre as potências imperialistas, pois embora também tenham dizimado muitos milhões de pessoas na Índia que foram submetidas a repetidas fomes, na maior parte isso não foi feito através dos métodos de genocídio direto usando força militar visível e grosseira. Na maior parte, como convém à casa da economia política, tudo foi feito através de métodos econômicos e financeiros de exploração não transparentes e inteligentes que oprimiram severamente o povo e mataram milhões através da fome, mas cujo mecanismo permaneceu invisível e obscuro não apenas para o público em geral, mas também para a maioria dos acadêmicos. O mecanismo consistia em operar orçamentos excedentes todos os anos por 180 anos, em que uma grande fração com média de pelo menos um terço das receitas orçamentárias obtidas por meio de impostos e monopólios de produtos não era gasta da maneira normal, mas usada para pagar rúpias contra os ganhos excedentes de exportação dos produtores locais, dos quais os impostos haviam sido coletados em primeiro lugar (então, embora parecessem ser pagos, eles não foram realmente pagos); enquanto todos os ganhos de ouro, câmbio e de seu superávit de exportação global foram diretamente para o tesouro britânico.⁷

A exceção quando a força direta foi usada foi a primeira década do governo da Companhia das Índias Orientais, que viu uma fome maciça em Bengala em 1770, resultando da triplicação de cobranças das receitas de terras ao longo dos meros cinco anos de 1765 a 1770, quando a Companhia aparentemente enlouqueceu com avareza ao adquirir o *Dewani* ou a arrecadação de receitas naquela província em 1765 do Imperador Mughal. Após um tour pelas áreas afetadas pela fome, os membros do Conselho da Companhia estimaram que mais de dez milhões de pessoas ou um terço da população da província morreu de fome e grandes extensões de terra foram completamente despovoadas (ver Dutt, 1900, pp. 1–2).

Os detalhes da fome de 1770 foram suprimidos de modo muito bem-sucedido através do silêncio que em histórias subsequentes, como *The Cambridge Economic History of India*, Vol. 2 (Kumar & Desai, 1984), não há menção a essa fome em Bengala que marca o início do domínio britânico, e nos livros atuais de historiadores econômicos indianos também, incluindo aqueles escritos por acadêmicos sofisticados vindos de Bengala, o leitor não encontrará uma única referência a ela. Nem os estudiosos da Índia entenderam que a grande fome de Bengala

⁷ Para discussão detalhada, veja U. Patnaik e P. Patnaik (2021).

de 1943–1944 foi devido a uma inflação de lucro deliberadamente projetada teorizada por J. M. Keynes e aplicada na prática na Índia para fazer com que o povo indiano pagasse pelos gastos de guerra.⁸ Esse extraordinário estado de coisas, a completa hegemonia intelectual exercida pelo imperialismo, é o resultado da criação de um sistema de educação colonial e, ao longo de muitas décadas, a inculcação entre a elite local de subserviência intelectual à academia conservadora do Norte – um notável “êxito” dos imperialistas. Isso garantiu que, por meio de silêncios ensurdecedores e atos de omissão, a história falsa da academia no exterior seja efetivamente transmitida através de elites educadas locais, e essa história falsa é ensinada aos alunos pelos próprios professores locais, embora a maioria deles o faça de boa fé, sem saber que o que eles ensinam é resultado da colonização de suas mentes.

Superar a colonização da mente é essencial para qualquer progresso acadêmico e econômico real, não apenas no Sul global, mas também pelo interesse geral na verdade. É no interesse de livrar as disciplinas desenvolvidas no período do colonialismo e da expansão imperialista de seus fundamentos descaradamente ideológicos que servem aos interesses de nações e classes específicas às custas dos outros. A melhor maneira de combater a história falsa em uma determinada área é realizar um exame honesto e cuidadoso dos fatos na medida em que possam ser verificados e interpretar esses fatos à luz da teoria crítica. A única maneira de fazer isso é sujeitar as teorias recebidas a análises rigorosas e críticas e, sempre que possível, recuperar os núcleos racionais, se existirem, de dentro de seu invólucro ideológico (para parafrasear uma ideia que Karl Marx apresentou, em um contexto um pouco diferente, de resgatar o método dialético da mistificação idealista).

Referências

- Baran, P. (1973). *The political economy of growth*. Pelican Books.
- Crafts, N. F. R. (1985). *British economic growth during the industrial revolution*. Oxford University Press.
- Deane, P., & Cole, W. A. (1969). *British economic growth, 1688–1959: Trends and structure*. Cambridge University Press.
- Dutt, R. C. (1900). *Open letters to Lord Curzon on famines and land assessments in India*. Kegan Paul, Trench, Trübner and Company Ltd.
- Dutt, R. C. (1970). *The economic history of India* (Vol. 1: Under early British rule, 1757–1837, Vol. 2: In the Victorian age). Publications Division, Government of India (Original work published 1903 & 1905, reprinted by Routledge and Kegan Paul).

⁸ Veja Keynes (1930) para a explicação da inflação de lucro, e veja U. Patnaik e P. Patnaik (2021) para uma análise de fome de 1943–44 em Bengala.

- Floud, R., & McCloskey, D. N. (Eds.) (1981). *The economic history of Britain since 1700*. (Vol. 1: 1700–1860, Vol. 2: 1860 to the present). Cambridge University Press.
- Gondola, D. (2002). *The history of Congo*. Greenwood Press.
- Gough, K. (1968). Anthropology and imperialism. *Monthly Review* April, 12–27. <https://faculty.arts.ubc.ca/menzies/documents/MR-019-11-1968-04.pdf>
- Harley, C. K., & McCloskey, D. N. (1981). Foreign trade, competition and the expanding international economy. In R. Floud & D. N. McCloskey (Eds.), *The economic history of Britain since 1700* (Vol 2). Cambridge University Press.
- Hegel, G. W. F. (1975). *Lectures on the philosophy of world history* (H. B. Nisbet, trans.). Cambridge University Press. (Edição brasileira: Hegel, G. W. F. (1995). *Filosofia da história*. SciELO-Editora UnB.)
- Hill, C. (1969). *Reformation to industrial revolution: 1530–1780*. Penguin Books.
- Hobsbawm, E. J. (1972). *Industry and empire: From 1750 to the present day*. Penguin Books. (Edição brasileira: Hobsbawm, Eric J (2000). *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Forense-Universitária.)
- Keynes, J. M. (1930). *A treatise on money: The applied theory of money* (Vol. 6 of the collected writings of John Maynard Keynes). Macmillan and Cambridge University Press, for the Royal Economic Society.
- Kumar, D., & Desai, M. (Eds.). (1984). *The Cambridge economic history of India* (Vol.2, 1757–1970). Orient Longman in association with Cambridge University Press.
- Landes, D. S. (1969). *The unbound Prometheus: Technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present*. Cambridge University Press.
- List, F. (1856). *The national system of political economy* (G. A. Matile & H. Richelot, trans.). J. B. Lippincott and Co.
- Mantoux, P. (1970). *The industrial revolution in the eighteenth century* (M. Vernon, trans.). Methuen (Original work published 1928). (Edição brasileira: Mantoux, P. (1957). *A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*. São Paulo: Hucitec.)
- Marx, K. (1978). *Capital—A critique of political economy* (Vol. 1) (F. Engels, Ed., S. Moore & E. Aveling, trans.). Progress Publishers (Original work published 1868). (Edição brasileira: Marx, K. (2017). *O Capital—Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital*. Boitempo Editorial.)
- Patnaik, U. (1999). New estimates of 18th century British trade and their relation to transfers from tropical colonies. In K. N. Panikkar, T. J. Byres & U. Patnaik (Eds.), *The making of history: Essays presented to Irfan Habib* (pp. 359–402). Tulika Books.
- Patnaik, U. (2005). Ricardo's fallacy. In K. S. Jomo (Ed.), *The pioneers of development economics* (pp. 30–41). Tulika Books.
- Patnaik, U. (Ed.) (2007). *Introduction*. In *The agrarian question in Marx and his successors* (Vol. 1, pp. 9–53). LeftWord Books.
- Patnaik, U. (2011). Misleading trade estimates in historical and economic writings. In P. Patnaik (Ed.), *Excursus in history: Essays on some ideas of Irfan Habib* (pp. 249–270). Tulika Books.
- Patnaik, U., Moyo, S., & Shivji, I. (2011). *The Agrarian question in the neoliberal era: Primitive accumulation and the peasantry*. Pambazuka Press, an imprint of Fahamu, and the Mwalimu Nyerere Chair in Pan-African Studies, University of Dar es Salaam.
- Patnaik, U., & Patnaik, P. (2021). *Capital and imperialism*. Monthly Review Press and Tulika Books.

- Ricardo, D. (1986). *Principles of political economy and taxation* (Vol. 1 of the works and correspondence of David Ricardo; P. Sraffa, Ed., with the collaboration of M. H. Dobb). Cambridge University Press.
- Smith, A. (1986). *The wealth of nations*. Penguin Books (Original work published 1776) (Edição brasileira: Smith, A. (1996). *A riqueza das nações investigação sobre sua natureza e suas causas*. Editora Nova Cultural.)
- Thomas, P. J., & McCloskey, D. N. (1981). Overseas trade and empire 1700–1860. In R. Floud & D. N. McCloskey (Eds.), *The economic history of Britain since 1700 Volume 1. 1700–1860* (1st ed, pp. 87–102). Cambridge University Press.